

### ANEXO III

#### MODELO DECLARAÇÃO UNIFICADA PARA FINS DE HABILITAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo nº 007/2025

Dispensa de Licitação nº 003/2025

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ(MF) sob o nº \_\_\_\_\_ e inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no(a) \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ (nacionalidade/estado civil/profissão), portador(a) da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_ – (órgão expedidor) e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, sob as penas da Lei, para os fins de Habilitação, no Processo Administrativo nº 007/2025, Dispensa de Licitação nº 003/2025, instaurado pela Câmara Municipal de Araripina/PE, vem DECLARAR que:

- 1) Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, nos enquadramos na situação de  Microempresa,  Empresa de Pequeno Porte ou  Microempreendedor Individual;
- 2) Nos termos do § 2º, art. 4º da Lei nº 14.133/2021, neste ano da realização da licitação não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- 3) Cumpre o disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos da legislação vigente;
- 4) Não está impedido(a) de contratar com a Administração Pública;
- 5) Não foi declarado(a) inidônea por ato do Poder Público;
- 6) Não incorre nas demais condições impeditivas da Lei nº 14.133/2021;
- 7) Atende aos requisitos de habilitação, no que concerne à apresentação de documentação para esse fim;
- 8) Não se encontra sob falência;
- 9) Conhece o objeto do processo licitatório em referência e os termos constantes no Edital e seus Anexos, bem como cumprimos todas as condições e as exigências ali contidas;
- 10) Não possuímos vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, que impossibilite a participação no referido processo licitatório;

11) Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados no certame, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

12) Compromete-se a manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas na licitação;

Por fim, declara o representante legal da empresa seu conhecimento quanto às sanções penais que estará passível, caso seja inverídica a declaração prestada, consoante dispõe o artigo 299 do Código Penal Brasileiro<sup>1</sup>.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Araripina/PE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Assinatura do Representante legal

CPF: \_\_\_\_\_

Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

<sup>1</sup> Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. (Vide Lei nº 7.209, de 1984)

## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

Ref.: Processo Administrativo nº 007/2025

Dispensa de Licitação nº 003/2025

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ(MF) sob o nº \_\_\_\_\_ e  
inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no(a) \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro  
\_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, por intermédio de seu  
representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ (nacionalidade/estado  
civil/profissão), portador(a) da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_ – (órgão  
expedidor) e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_, nº  
\_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, CEP:  
\_\_\_\_\_, sob as penas da Lei, para os fins de Habilitação, no Processo Administrativo nº  
007/2025, Dispensa de Licitação nº 003/2025, instaurado pela Câmara Municipal de  
Araripina/PE, DECLARA:

Para os devidos fins de direito e de habilitação no processo de licitação em referência que  
cumpre o disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI do art. 68  
da Lei nº 14.133/2021, uma vez que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno,  
perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvando-se, quando for o caso, o  
menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos da legislação vigente.

Araripina/PE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Assinatura do Representante legal  
CPF: \_\_\_\_\_